

Mestrado

Desenvolvimento e Cooperação Internacional

Trabalho Final de Mestrado

Dissertação

ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO PARA O
ALCANCE DOS ODS.

Greyce Maria Labre Vaz

Outubro - 2020

Mestrado

Desenvolvimento e Cooperação Internacional

Trabalho Final de Mestrado

Dissertação

ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO PARA O
ALCANCE DOS ODS.

Greyce Maria Labre Vaz - 50098

Orientação:

Prof. Manuel Francisco Pacheco Coelho

Outubro - 2020

Agradecimentos

Agradeço a todos que contribuíram para o desejo de saber mais e de buscar ampliar o conhecimento em temas que possam contribuir para a melhoria do ambiente social no Brasil.

Em especial agradeço à minha família, na pessoa da minha mãe que sempre me apoiou e estimulou a ser uma pessoa melhor e com seu exemplo de mulher determinada, inteligente e sensível a dor do outro. Ao meu papi Vilmar que sempre acreditou e me apoiou. Agradeço ao incentivo dos meus irmãos Polyana e Frederick, que sempre quiseram me ver longe, mas sempre por querer me ver feliz e alcançando meus objetivos.

Agradeço a minha prima Rosângela, um exemplo de busca constante pelo conhecimento em nossa família, a minha prima Keila que me acolheu com todo carinho e suporte de sempre em Lisboa. E em memória da minha querida avó Anaides que sempre acreditou e vibrou com minhas conquistas.

Não poderia deixar de agradecer ao prof. Manuel Coelho que se tornou meu orientador quando já tinha perdido as esperanças de encontrar um, e mesmo assim com todo profissionalismo e atenção me apoio na condução desse trabalho.

Lista de Abreviaturas

APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
CAD	Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento
CEO	Chief Executive Office
EUA	Estados Unidos da América
FDCI	Federal Deposit Insurance Corporation
FDI	Foreign Direct Investment
FIDC	Fundos de Investimento em Direitos Creditórios -
FIP	Fundo de Investimento em Participações
G8	Grupo dos 8 países mais ricos do mundo
GIIN	Global Impact Investing Network
GIIR	Global Impact Investing Rating System
GSG	Global Social Impact Investment Steering Group
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFC	International Finance Corporation
IIS	Investimento de Impacto Social
IMP	Impact Management Project
IRIS	Impact Report and Investment Standards
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivo do Desenvolvimento Sustentável
OFO	Outros Fluxos Oficiais
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PSE	Private Sector Engagement
UE	União Europeia

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I	10
1.1. ALCANCE DOS ODS: ESCASSEZ DE RECURSOS E TEMPO	10
CAPÍTULO II	12
2.1. ALTERNATIVAS PARA O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO	12
2.2. ENGAJAMENTO DO SETOR PRIVADO NO ALCANCE DOS ODS	13
2.3. PERFIL DO INVESTIDOR NO FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO	15
2.4. ECOSSISTEMA DE FINANÇAS SOCIAIS	16
2.4.1. BLENDED FINANCE	17
2.4.2. INVESTIMENTO VERDE	18
2.4.3. INVESTIMENTO DE IMPACTO SOCIAL	19
2.5. NEGÓCIOS DE IMPACTO	22
2.6. INVESTIDORES DE IMPACTO	23
2.7. DESAFIOS DO NOVO ECOSSISTEMA	24
2.8. INICIATIVAS DE REFERÊNCIA NO MUNDO E NO BRASIL.	26
CAPÍTULO III	29
ESTUDO DE CASO	29
3.1. BRASIL - DESIGUALDADE E CRESCIMENTO ECONÔMICO.	29
3.2. SOBRE A VOX CAPITAL	31
3.3. HISTÓRICO DE ATUAÇÃO DA EMPRESA	32
3.3.1. VENTURE CAPITAL	32
3.3.2. CRÉDITO PRIVADO	34

3.4. GESTÃO DO IMPACTO	35
3.5. EMPRESAS APOIADAS	36
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>38</u>
<u>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</u>	<u>40</u>
<u>ANEXOS</u>	<u>45</u>

Resumo

O financiamento de projetos para alcance dos ODS tem sido majoritariamente conduzido por meio de APD dos países que integram o CAD-OCDE, e por algumas iniciativas de países em desenvolvimento, como a cooperação Sul-Sul. Cada país que compõe a OCDE se comprometeu em doar 0,7% do seu PIB anual para projetos que visam a redução da pobreza no mundo até 2030. Entretanto, com o não cumprimento desse compromisso e o objetivo de “não deixar ninguém para trás” faz com que a busca por novos atores para contribuir com esse objetivo se torne uma realidade. Nesse cenário, este trabalho apresentará alternativas disponíveis no mundo para viabilizar a redução da pobreza e desigualdade, por meio da participação/financiamento do setor privado a projetos que buscam a promoção de negócios que gerem impacto positivo na sociedade e meio ambiente.

Palavras chave: impacto, pobreza, desenvolvimento sustentável, financiamento

Abstract

The financing of projects to reach the SDGs has been mostly carried out through ODA from the countries that are part of the CAD-OECD, and by some initiatives of developing countries, as the South-South cooperation. Each country that makes up the OECD has committed to donate 0.7% of its annual GDP to projects that aim to reduce poverty in the world by 2030. However, with the non-fulfillment of this commitment and the objective of “leaving no one behind” makes the search for new actors to contribute to this goal become a reality. In this scenario, this work will present alternatives available in the world to enable the reduction of poverty and inequality, through the participation / financing of the private sector to projects that seek to promote businesses that generate a positive impact on society and the environment.

Keywords: impact, poverty, sustainable development, financing

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de não deixar ninguém para trás, a Organização das Nações Unidas estruturou os desafios enquadrados nos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, com 169 metas a serem alcançadas até 2030. Tendo o comprometimento de líderes mundiais de 150 países na condução de ações que efetivamente contribuam para o alcance dos ODS, seja no nível de financiamento, elaboração e/ou condução dos projetos ou mesmo de implantação das sugestões propostas pela ONU.

A viabilização dos projetos para alcance dos ODS tem sido feita em grande parte pela forma tradicional de Ajuda Pública ao Desenvolvimento - APD. Porém, segundo dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE de 2019 a contribuição financeira dos países que compõem o Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento - CAD não é suficiente para alcance dos ODS.

Considerando o chamado da Agenda para Ação de Addis Abeba em 2015 e o percurso profissional da estudante responsável por esse trabalho, que atuou por dez anos em projetos de desenvolvimento de micro e pequenas empresas no Brasil, esse trabalho estudará a participação do setor privado como alternativa de financiamento de negócios que têm o objetivo de reduzir as desigualdades e, com isso, contribuir para alcance dos ODS.

Passa pela necessidade de entender o que leva investidores capitalistas a abrir mão do lucro acima de tudo, sendo mais conscientes da responsabilidade frente às externalidades causadas por atividades por eles financiadas, e ir na contramão do que economistas liberais como Milton Friedman pregava (artigo publicado no New York Times em 1970) que *a única responsabilidade social das empresas era com a maximização dos lucros.*

Visto que cinco anos se passaram desde o chamado para novos atores participarem do desafio de alcance dos ODS, faz-se necessário um levantamento das alternativas disponíveis atualmente e quais as implicações de cada uma no alcance dos ODS, bem como as dificuldades encontradas para utilização e ampliação do seu efetivo alcance no terreno.

Algumas questões não deixaram de ser pertinentes desde o Fórum em Addis Abeba, sendo ainda necessário saber: como ampliar a participação dos novos atores e o volume de recurso a ser destinado ao alcance dos objetivos? como garantir que esse recurso está sendo destinado para onde mais precisam? Como saber se eles estão sendo utilizados efetivamente? Qual o retorno esperado pelos investidores privados? Como esses retornos podem variar de acordo com o setor a ser destinado o recurso? Quais setores mais necessitam de investimento privado? O investimento está efetivamente trazendo resultados para a sociedade ou sem o mesmo teriam alcançado os mesmos resultados? Não seria o próprio setor privado o principal culpado para a expansão da pobreza e desigualdade no mundo? Como esse mesmo “grupo” agora é uma peça chave para reverter o impacto dos seus próprios atos?

Para levantar algumas respostas a essas questões esse trabalho está dividido em três capítulos, sendo que no primeiro é apresentado o desafio de escassez de recursos para alcance dos ODS e a situação de países em desenvolvimento que possuem status de rendimento médio e alto, mas que ainda carecem de investimento para resolver gargalos sociais iguais a de países de baixo rendimento, atualmente maior foco da destinação de APD no mundo.

No segundo capítulo é apresentado o ecossistema que articula os novos atores e os instrumentos utilizados no financiamento do desenvolvimento e quais os desafios enfrentados para a efetividade dessa participação.

O terceiro capítulo trata do estudo de caso da Vox Capital, fundo de investimento privado brasileiro que atua exclusivamente com gestão de recursos para o financiamento de negócios de impacto e como a mesma tem se destacado no movimento de inovação para o financiamento do desenvolvimento.

Considerações quanto ao que foi estudado e questionamentos que surgem ou permanecem a partir desse trabalho serão apresentados nas considerações finais.

CAPÍTULO I

1.1. ALCANCE DOS ODS: ESCASSEZ DE RECURSOS E TEMPO

O prazo para alcance das metas estabelecidas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável¹ está menor, visto que um terço foi ultrapassado e as metas estão longe de serem alcançadas em sua totalidade em ao menos um país ou mesmo em um dos seus 17 objetivos.

Segundo relatório da Secretaria Geral da Organização das Nações Unidas - ONU de julho de 2019, sobre o progresso dos ODS, todos tiveram melhorias. Porém, alguns têm ocorrido mais lentamente nos últimos anos. Apesar dos esforços dos governos de promover ações direcionadas ao enfrentamento dos gargalos oriundos da pobreza no mundo, o compromisso financeiro firmado pelas nações mais ricas tem sido negligenciado.

Existem diversos alertas para a questão da velocidade com que as ações para alcance dos ODS não estão sendo suficiente e com isso a ideia de “*não deixar ninguém para trás*” está cada vez mais improvável. Entretanto, segundo indicado pela ONU as informações não são regularmente coletadas no campo pelos países que desenvolvem ações em busca do alcance dos ODS.

O que demonstra uma fragilidade na verificação efetiva do alcance dos ODS até mesmo para propor mudanças de curso e redirecionamento de recursos. Sem um monitoramento eficiente da aplicação dos recursos em relação aos resultados alcançados é difícil avaliar se a necessidade de aumentar recurso destinado aos ODS apontada pela OCDE e ONU é suficiente ou não.

Para a ONU e OCDE a ajuda pública ao desenvolvimento efetivamente praticada pelos doadores é insuficiente para alcançar os objetivos de redução dos níveis de pobreza no mundo. Segundo o relatório do Comité de Ajuda Pública ao Desenvolvimento - CAD

¹ ODS - <https://undocs.org/E/2019/68>

da OCDE de 2017, apenas 5 países alcançaram a meta² de disponibilizar 0,7% do PIB para a ajuda aos países em desenvolvimento e contribuir para o alcance dos ODS.

Devido a baixa adesão dos países doadores em cumprir a meta, por eles definida, a OCDE defende que anualmente existe um “gap” entre 2,5 a 3 trilhões de dólares que impossibilita o alcance dos ODS.

Ainda que o percentual disponibilizado para APD seja inferior a meta estabelecida, trata-se de um recurso expressivo e que tem proporcionado melhoria nas condições sociais, ambientais e humanitárias em diversos países em desenvolvimento. Mesmo com a existência de diversos desafios na utilização/aplicação desses recursos e da geração de certo grau de dependências dos países mais pobres, ele ainda é de extrema relevância para os países em desenvolvimento.

Portanto, a necessidade de identificar alternativas para viabilizar o alcance dos ODS sem contar apenas com recurso público vem sendo defendida por diversos organismos multilaterais que atuam no financiamento do desenvolvimento. Com isso, existe uma tendência para ampliar o envolvimento do setor privado e filantrópico em prol da Agenda 2030 das Nações Unidas.

“International aid agencies are searching for new tools, including results- based financing, outcomes-based approaches, market-based solutions and different forms of public-private partnerships, to increase their effectiveness and long-term development impact while working with the limitations of tighter budgets.”³

Essa alternativa vem sendo estruturada em diversas partes do globo e carecem de maior atenção e estudo para verificar a viabilidade e especialmente a escalabilidade das ações. Veremos no capítulo 2 mais detalhes sobre o ecossistema existente e o retorno alcançado até o momento com essa participação.

² Compromisso firmado na Cimeira Mundial das Nações Unidas para alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável países se doadores se comprometeram a aumentar a APD, doando 0,7% PIB.

³ OECD (2015), *Social Impact Investment: Building the Evidence Base*, OECD Publishing, Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264233430-en>

CAPÍTULO II

2.1. ALTERNATIVAS PARA O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

Partindo do pressuposto de que é preciso identificar alternativas para viabilizar ações que contribuam para o alcance dos ODS. “*Segundo dados da OCDE ... apenas cinco países doadores -- Suécia, Luxemburgo, Noruega, Dinamarca e Reino Unido -- conseguiram atingir os 0,7% do PIB.*”⁴ Devido a necessidade de mais recursos públicos e privados, nacionais e internacionais, capazes de impulsionar o desenvolvimento de projetos que viabilizem a redução dos níveis de pobreza no mundo.

Viabilizar a participação do setor privado no financiamento/execução de projetos de cunho social é bastante desafiador e controverso, uma vez que alcançar convergência entre os interesses do setor privado e a real necessidade da sociedade pode não ser tão simples e requer um esforço de alinhamento dos interesses que pode inviabilizar ou reduzir a capacidade de escalonar os projetos, o que pode reduzir a capacidade de mudança da realidade de mais pessoas nas mesmas condições.

Além dessa constatação, muitas organizações (especialmente as Organizações Não Governamentais) defendem que é no mínimo contraditório em relação às teorias econômicas adotadas nos mercados tradicionais, visto que na grande maioria dos países capitalistas que adotam uma postura neoliberal o que procuram a qualquer custo é a maximização do lucro. Como ajustar o espírito de “ganância” naturalmente encontrado no setor privado e converter em senso de moralidade e justiça social e ambiental, para tratar de interesses coletivos e que podem ou não gerar retorno financeiro imediato para os investidores?

Para viabilizar uma maior participação do setor privado na redução da pobreza é necessário algum ajuste de entendimento, tal como o de que a redução da pobreza é feita por meio de ajuda pública ao desenvolvimento, onde o próprio termo remete a participação exclusivamente pública. Sendo que cada vez mais é preciso ter o foco na efetividade das ações, visto que muito do que tem sido feito em “países do sul”

⁴ <https://www.dn.pt/lusa/interior/ajuda-publica-ao-desenvolvimento-e-insuficiente-e-e-preciso-inovar---ocde-9265642.html>

demonstram que a participação pública não é capaz de viabilizar alcance de objetivos relevantes para a redução dos índices de pobreza.

“The investment analogy has its limits, naturally. Most private investment is made for profit, while interventions in the field of international cooperation seek primarily to further internationally agreed development objectives. Therefore, using the language of foreign investment should not be seen as denying the element of solidarity inherent in development cooperation.

Instead, it could add a further layer to our conceptualisation of aid, and encourage us to move beyond the “recipient of charity” mentality, towards mutuality and working together for agreed outcomes.

For all these reasons, it is time the aid community started to talk about aid as investment not just charity. It could start by renaming aid “international public investment”.”⁵

2.2. ENGAJAMENTO DO SETOR PRIVADO NO ALCANCE DOS ODS

O entendimento dos países mais ricos e organismos internacionais é que para reduzir a pobreza e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida da população mais pobre é fundamental alcançar as metas propostas e acordadas nos ODS.

A viabilidade dos programas e projetos para alcance dos ODS é feita por meio do financiamento do desenvolvimento e ajuda externa que podem ocorrer tanto com a participação privada (investimentos diretos, investimento em carteira, empréstimos, créditos para exportação e remessas de imigrantes), quanto com a pública (ajuda pública ao desenvolvimento – APD, ou por meio de Outros Fluxos Oficiais – OFO).

Sendo esta última a mais conhecida, mesmo respondendo por muito menos do montante de recurso destinado ao desenvolvimento. (Anexo I – Share on non-ODA flows and origin of funds).

Entretanto, com o gap financeiro se formando anualmente devido o não cumprimento do compromisso firmado pelos países doadores do CAD – OCDE, surge a necessidade de buscar novas fontes de financiamento para as ações e com isso viabilizar o alcance dos ODS.

Além das alternativas para financiamento é preciso alternativas inovadoras no formato em que as ações são realizadas nos países receptores de APD, bem como na criação e padronização da utilização de instrumentos de medição dos resultados alcançados nos projetos como mecanismo de incentivo a novos investidores. Nesse

⁵ <file:///Users/greycelabre/Documents/Tese/TEXTOS%20LIDOS/Aid%20should%20be%20seen%20as%20foreign%20public%20investment.%20not%20just%20charity%20%7C%20Global%20development%20%7C%20The%20Guardia.webarchive>

aspecto, o engajamento do setor privado (Private Sector Engagement – PSE) na cooperação para o desenvolvimento reforça a necessidade de apoiar projetos inovadores que tenham maior viabilidade técnica e financeira, além de resultados e condições de serem replicados em grande escala.

Conforme abordado no 4º Fórum de Alto Nível da Efetividade da Ajuda de Busan, entre outras coisas, a importância de construir parcerias entre o setor privado e o terceiro setor é fundamental para viabilizar novas estruturas de financiamento e de condução de projetos para alcance dos ODS.

“... a higher emphasis on private actors, either for-profit or nonprofit. Research on public-private partnerships, discussed in our theory review, suggests that for-profit firms can bring extra capital for new investment, as well as proprietary technical knowledge and efficient execution capabilities.”⁶

“Se você está administrando uma empresa, você sabe que está fazendo um bom trabalho porque as pessoas escolhem seus produtos e não do concorrente. Isso não acontece na ajuda pública.”⁷

Apesar da necessidade de mais recursos para alcance de desenvolvimento sustentável, a participação do setor privado como um dos atores é vista com desconfiança por organizações da sociedade civil e alguns outros atores tradicionais da cooperação para o desenvolvimento. Porém, tem grande potencial para viabilizar projetos de maneira ágil, inovadora/ criativa e eficiente na maximização de valor.

O potencial de perigo para algumas questões sociais como o meio ambiente e grupos marginalizados estão entre os aspectos que mais trazem preocupação. Além disso, levantam apreensão com relação a proteção dos recursos públicos, falta de atenção com resultados e impactos, transparência, responsabilidade limitada, desvio de dinheiro público para fins exclusivamente privados.

Nesse sentido, existe uma demanda urgente para criar conceitos/definições e princípios que viabilizem o monitoramento das externalidades e assim comprovem o retorno aos investidores, atraindo assim uma maior participação do setor privado nas ações de desenvolvimento sustentável, bem como o impacto nas questões sociais e ambientais que a cooperação para o desenvolvimento tem buscado.

⁶ <https://www.insper.edu.br/docentes/sergio-lazarini/wp-content/uploads/sites/3/2014/04/Plural-public-private-27-9-2017.pdf>

⁷ http://stanford.ebookhost.net/ssir/digital/62/ebook/1/index.php?e=62&user_id=830134&flash=0

Nas modalidades de engajamento do setor privado levantadas pela OCDE têm:

- Compartilhamento de pesquisas, conhecimento e informações;
- Suporte e diálogo político;
- Assistência técnica;
- Desenvolvimento de capacidades;
- Financiamento.

2.3. PERFIL DO INVESTIDOR NO FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

Empresários que estejam ao mesmo tempo lutando para alcançar cada vez melhores resultados econômicos em suas atividades principais, mas que em outra via estão dispostos a investir para reduzir a pobreza e os níveis de desigualdade presentes no mundo, são mesmo capazes de promover a mudança necessária?

“Em última análise, a verdadeira fonte de crescimento econômico e de uma civilização próspera é a nossa humanidade, e não a sua ausência.

Jeff Bezos, o fundador da Amazon, é o homem mais rico do mundo, com uma fortuna de 112 bilhões de dólares, segundo a lista da Forbes de 2018. Apenas 1% de sua riqueza total equivale a quase todo o orçamento de saúde da Etiópia, um país de 105 milhões de habitantes. Ele disse recentemente que decidiu investir sua fortuna em viagens espaciais, já que não consegue mais pensar em como gastar o dinheiro.⁷

Zay trabalha no processamento de camarão na Tailândia. Os camarões que ele descasca são fornecidos a grandes varejistas, como os supermercados Whole Foods, cujo controle agora é da Amazon. No final de um turno de trabalho, a exaustão que ele sente depois de descascar camarão por 12 ou 13 horas pode deixá-lo quase imóvel. “Eles estão usando os trabalhadores,” diz Zay. Ele tem sorte se conseguir ganhar mais de 15 dólares em um dia.” Relatório Oxfam 2019

Como romper com o conceito da ciência econômica clássica de que os agentes econômicos, ao tomarem suas decisões, agem sempre para maximizar seu próprio interesse e são calculistas e totalmente racionais?

“Coase e Williamson imaginaram um mundo onde companhias controlam a publicidade de suas marcas, terceirizam a produção, a logística e tudo mais, mas internalizam a função de governo. Por que contar com governos para resolver conflitos? Afinal, corporações também precisam lidar com resolução de conflitos internamente. Por que temos leis estatais quando o que o mundo mais precisa é de leis morais? A Responsabilidade Social Empresarial é um campo aberto para a negociação de

mudanças na relação entre empresas e sociedade. Que tipo de mobilização política desafiaria o poder das corporações em todos os níveis, do local ao global?”⁸

Como alcançar essa participação do setor privado para viabilizar a aproximação da economia com as necessidades do cotidiano das pessoas, como defende a Economia Humana, se os dados demonstram justamente o contrário, uma menor cobrança de impostos dos mais ricos.

2.4. ECOSISTEMA DE FINANÇAS SOCIAIS

No ecossistema de financiamento do desenvolvimento e ajuda externa encontramos os *fluxos públicos*, através da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) e outros fluxos oficiais (OFO), e os *fluxos privados*, que contam com os investimentos diretos, investimentos em carteiras, empréstimos, crédito para exportação e remessas de imigrantes.

A cooperação pública ocorre através da administração central, de regiões ou por outros níveis da administração. Enquanto a cooperação privada ocorre principalmente por meio de ONG, empresas e associações.

“But aid is no longer the main development finance recourse for most developing countries, now replaced by private financial flows: foreign direct investment (FDI), remittances and philanthropy (OECD, 2018).”⁹

Com a necessidade de inserir novos atores no contexto do apoio aos países em desenvolvimento, essa participação tem sido estimulada e a estruturação de mecanismos para viabilizar uma atuação mais assertiva e em conjunto com os financiadores tradicionais da APD tem evoluído.

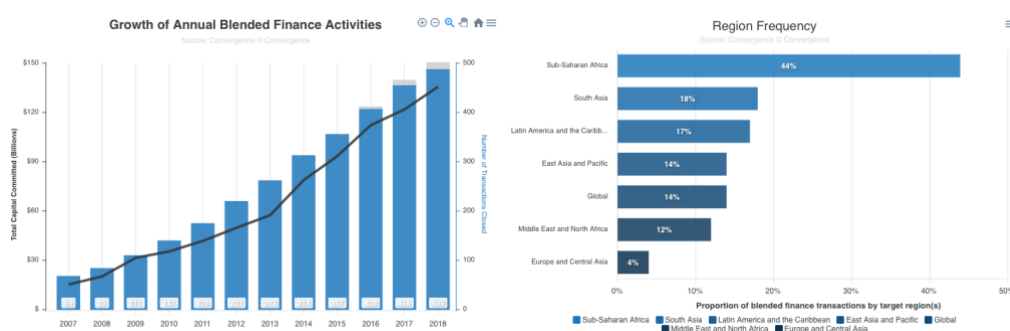
Entre essas novas opções estão o ecossistema das Finanças Sociais que atuam por meio de Blended Finance, Investimento Verde e Investimentos de Impacto Social, mais detalhados a seguir.

⁸ <https://maquinacrisica.org/2016/07/14/economia-humana-e-desenvolvimento/>

⁹ MAH, Luis - *Promoting Private Sector For Development: The Rise Of Blended Finance In Eu Aid Architecture I* (working paper CE&A CSG 171/2018).

2.4.1. BLENDED FINANCE

Conforme a própria tradução do nome diz é o financiamento misturado, onde são aportados recursos tanto do setor público quanto do setor privado, unindo assim não apenas recursos, mas também interesses na execução de um determinado projeto com foco no desenvolvimento social e/ou ambiental. Sendo considerado um adicional/reforço ao recurso público destinado ao desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento.



Fonte: <https://www.convergence.finance/blended-finance>

Os membros do CAD desenvolveram os princípios do Blended Finance que servem como um check list para verificação dos padrões de qualidade e dos resultados alcançados, uma vez que a transparência é importante na utilização de recursos públicos. Os princípios são:

- 1º - Uso de Blended Finance por âncora para justificativa de desenvolvimento;
- 2º - Design Blended Finance para aumentar mobilização das finanças comerciais;
- 3º - Blended Finance na medida do contexto local;
- 4º - Foco em parcerias eficazes para finanças mistas;
- 5º - Monitoramento do Blended Finance para transparência e resultados.

A União Europeia, maior doador de APD, tem buscado estimular a participação de novos atores no financiamento de projetos que contribuem para a melhoria dos países em desenvolvimento, conforme a sua “Agenda para a Mudança”, e também para alcançar os objetivos e interesses da própria UE.

O Blended Finance é o principal mecanismo de apoio da participação privada em conjunto com o setor público da UE, viabilizando projetos nos países em desenvolvimento, otimizando os recursos e dando mais características comerciais aos projetos.

Um dos desafios do Blended Finance é reduzir os riscos das operações e assim atrair mais investidores para realizar projetos desafiadores e que contribuirão de forma decisiva para a mudança da realidade de muitas pessoas em países de extrema pobreza.

Além de exigir uma maior transparência na realização dos projetos, o que causa resistência do lado dos investidores privados, que nem sempre estão dispostos a apresentar todos os detalhes dos projetos e, por outro lado, uma maior pressão de instituições (especialmente as não governamentais) quanto a efetividade da utilização do recurso público e não para o financiamento de empresas que não tem como objetivo final a redução da pobreza.

2.4.2. INVESTIMENTO VERDE

Outra alternativa inovadora que viabiliza o ambiente de negócio financeiro a contribuir para a redução dos impactos negativos da degradação ambiental, um dos 17 ODS, é o Investimento Verde.

Trata-se de uma opção de investimento, com objetivo de gerar lucro para os investidores (apesar de nem sempre ser a opção mais rentável disponível no mercado) e ao mesmo tempo contribuir para o financiamento de projetos relevantes para a minimização dos impactos negativos no meio ambiente. Sendo que projetos com foco em energias limpas e ações climáticas deveriam ser cada vez mais prioritárias, especialmente para os países signatários do Acordo de Paris para mudanças climáticas.

Entre os principais emissores de Investimento Verde estão os bancos de investimento como o Banco Europeu de Investimento, o Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Europeu de Desenvolvimento e Reconstrução e o Banco Mundial.

Por ser uma alternativa de investimento de retorno fixo e relativamente nova, o Investimento Verde não é considerado por alguns consultores de investimento como uma alternativa suficientemente madura para gerar o lucro que investidores buscam. Entretanto, para investidores que buscam não apenas o lucro, mas também contribuir para a redução dos impactos ambientais no mundo, essa é uma alternativa relevante.

O Investimento Verde busca a captação de investidores que recebem, além da garantia de um investimento isento de imposto e com rendimento fixo, a promessa que seu investimento será direcionado exclusivamente para negócios/projetos ambientalmente responsáveis e que contribuirão ou para a mitigação de riscos ambientais, ou para a redução de impactos no ambiente.

Entretanto, a imprecisão na definição do que é um projeto efetivamente Verde ocasiona o investimento em empresas que entre suas atividades pode ser encontradas ações que contrariam o interesse do investidor Verde, como a contribuição para a degradação ambiental e mais emissão de poluentes no ambiente.

Segundo a Comissão de Negócios e Desenvolvimento Sustentável considera a existência de 12 trilhões de dólares em oportunidade de mercado para negócios com modelos sustentáveis. Enquanto que para as Nações Unidas existe, além do *gap* anual de investimento no alcance dos ODS, uma necessidade de investimento anual em projetos de energias limpas de um trilhão de dólares anual.

2.4.3. INVESTIMENTO DE IMPACTO SOCIAL

O modelo de negócio tradicional mais adotado hoje nos países capitalistas tem, segundo a Teoria da Firma de Ronald Coase, buscado a maximização de lucro e a minimização dos custos, sem preocupação com o impacto social ou ambiental que possam causar.

Na contramão desse modelo é que o Investimento de Impacto Social - IIS vem para atender interesse de empreendedores com novas aspirações, que além de almejar o lucro dos seus negócios buscam gerar impactos positivos na sociedade e no ambiente. Sendo provedor de recursos para os mais diversos desafios sociais como serviços de saúde,

educação, moradia e desafios relacionados com a preservação/recuperação do meio ambiente, microfinanciamento e agricultura.

Nesta modalidade de financiamento para o desenvolvimento são investidos recursos privados para organizações que tem como foco a redução das necessidades sociais e/ou ambientais com expectativas de obter retorno social e financeiro, através de mecanismos inovadores e com maior capacidade de mensuração dos resultados alcançados.

“A Força Tarefa de Finanças Sociais em parceria com organizações que atuam no tema, constituiu a Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil, que estabelece quatro princípios que diferenciam os Negócios de Impacto, das ONGs ou dos negócios tradicionais (independentemente da constituição jurídica da organização): 1. Tem o propósito de gerar impacto social positivo explícito na sua missão; 2. Conhecem, mensuram e avaliam seu impacto periodicamente; 3. tem uma lógica econômica que permite gerar algum tipo de receita própria; 4. Possuem uma governança que leva em consideração os interesses de investidores, clientes e comunidade.”¹⁰ Pág. 12.

Em alguns países, devido seu ambiente regulatório, não aceitam que os IIS visam o lucro, pois entendem ser incompatíveis. Entretanto, trabalharemos neste estudo com o conceito de IIS para os negócios que visam o lucro e que ao mesmo tempo geram impacto social/ambiental.

Considerando que nem todas as necessidades sociais viabilizam empreendimentos que possam gerar lucro e impacto ao mesmo tempo, o IIS não tem como objetivo substituir o formato de cooperação para o desenvolvimento que é realizado por meio de doações e ajuda pública. Surge como uma alternativa extra para aquelas áreas em que além de promover impacto social é possível gerar negócios sustentáveis e que possam ser replicados em outras localidades.

Em países em desenvolvimento muitos serviços básicos são de difícil acesso as classes C, D e E, sendo que essa parte da população estaria disposta a pagar por serviços caso tivessem a oportunidade de acessá-los.

¹⁰ http://forcatarefainancassociais.org.br/wp-content/uploads/2015/10/ICE_FTFS_Recomendações_dig_simples.pdf

Segundo dados da OCDE, a prática¹¹ do investimento social consciente não é recente, porém, tem se intensificado nos últimos doze anos. As iniciativas relacionadas com investimento de impacto social têm sido conduzidas por governos (blended finance), instituições filantrópicas e investidores individuais ou de fundos.

As primeiras iniciativas foram verificadas no Reino Unido e foram depois adotadas também por outros países do G8, como Canadá, EUA e Austrália. Mesmo assim, iniciativas de IIS também são conduzidas em outros países desenvolvidos e por aqueles em desenvolvimento.

O ecossistema do investimento de impacto social envolve cinco esferas, segundo OCDE, onde a primeira se refere ao levantamento das necessidades sociais, que podem ser das mais variadas formas possíveis; na sequência estão as organizações que se comprometem com a entrega (fornecedores) de serviços sociais como as empresas sociais, instituições de caridade, instituições sem fins lucrativos e negócios sociais.

No lado dos intermediários estão os provedores de capital como fundações individuais e filantrópicas, bancos e outras empresas de serviços financeiros e seus intermediários; em quarto, está o lado de quem demanda, que pode ser as empresas sociais, de caridade, sem fins lucrativos e com propósito social.

Por último, porém não menos importante, está o ambiente que possibilita o IIS sendo os sistemas sociais, impostos, ambiente regulatório e mercado de financiamento do desenvolvimento.

Essas modalidades de finanças sociais aproximam os destinatários de investimento de inovações que num formato mais tradicional de ajuda ao desenvolvimento não é adotado. Pode ser melhor verificado por meio do Anexo II - Matriz de investimento de impacto.

Entre as inovações que estão mais próximas do setor privado e que podem contribuir com os projetos/iniciativas de investimento de impacto estão a automação, as novas tecnologias e modelos de negócios como as fintechs, a democratização da

¹¹ OECD (2015), *Social Impact Investment: Building the Evidence Base*, OECD Publishing, Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264233430-en>

informação por meio de Blockchain ou “Big data”, bem como a junção de interesses comuns por meio dos crowdfunding.

2.5. NEGÓCIOS DE IMPACTO

Conforme pesquisa realizada pela Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto¹² não existe característica padrão ou mesmo comum a todos os negócios de impacto. O que possibilita uma banalização do termo impacto, tornando-a uma buzzword que pode refletir na redução da importância dada aos que efetivamente promovem um investimento de impacto.

Independentemente da característica adotada a ampliação do debate sobre o impacto socioambiental promovido por empresas é relevante para fortalecer a necessidade de mudança da estrutura econômica atualmente dominante.

Considera-se neste trabalho a perspectiva de que um negócio para ser considerado de impacto é preciso nascer com a intenção de gerar impacto socioambiental, sendo necessário a obtenção de retorno financeiro do investimento que pode ser com taxas abaixo do mercado ou com taxa de mercado ajustada ao risco da operação. Sendo imprescindível a mensuração dos resultados e a transparência no fornecimento dos resultados alcançados.

Em 1976 Muhammad Yunus¹³, prêmio Nobel da Paz em 2006, começou a emprestar dinheiro sem juros para mulheres pobres em Bangladesh. Prática essa que foi replicada em outros países. Para Yunus, os ODS são importantes, porém deixaram de fora um aspecto tão importante quanto a redução da pobreza e a preservação do meio ambiente, que é o ambiente dos negócios.

Nesse espaço, ele defende que uma bomba-relógio está a ponto de explodir devido a máquina econômica atual que leva a concentração de riqueza. Para desativar essa bomba, Yunus defende como alternativa a adoção em conjunto de outros tipos de negócio,

¹² https://forcatarefa-assets.s3.amazonaws.com/uploads/2019/11/ICE-Estudo_Negócios-de-Impacto-2019_Web.pdf

¹³ <https://www.yunuscorporate.com/blog/estadão-todo-mundo-mesmo-pobre-nasce-empREENDEDOR-diz-yunus>

com foco não apenas no acúmulo de riquezas como os negócios convencionais hoje fazem, mas também adotar negócios sociais que buscam resolver problemas sociais.

Para Yunus “fazer dinheiro traz felicidade, mas fazer outras pessoas felizes é uma super felicidade”.

E a união desses dois modelos proporciona o surgimento dos negócios de impacto social, que não apenas buscam resolver problemas sociais, mas também buscam o lucro. A crença de que lucratividade e impacto social positivo são mutuamente excludentes está sendo quebrada pela realidade vivida com a nova geração de negócios, que visam não apenas o retorno financeiro, mas também a geração de impactos positivos e sustentáveis.

2.6. INVESTIDORES DE IMPACTO

O mercado de investimento de impacto tem crescido conforme se tornam mais conhecidos os propósitos e resultados alcançados, sendo que entre os principais atores responsáveis pelo financiamento estão agrupados da seguinte forma¹⁴:

- Promotores de oportunidade de investimento para seus clientes (bancos, fundos de pensão, consultores financeiros e gerente de patrimônio);
- Instituições e fundações familiares;
- Promovem prova de viabilidade financeira (investidores governamentais e instituições de financiamento do desenvolvimento).

De acordo com os dados da GIIN, 502 bilhões de dólares são administrados por 1.340 organizações voltadas para geração de investimento de impacto no mundo. As Finanças Sociais, campo onde os investimentos de impacto atuam, pretende movimentar cerca de US\$ 1 trilhão de dólares no mundo.¹⁵

Além disso, o “modo tradicional de se fazer filantropia (falta de profissionalismo, ausência de relatos de desempenho, baixas perspectivas de crescimento e ganho de

¹⁴ De acordo com o Global Impact Investment Network.

¹⁵ http://forcatarefainancassociais.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Finanças-Sociais_Soluções.pdf

escala)”¹⁶ tem sido questionado por muitos investidores e por isso os negócios de impacto estão sendo uma alternativa interessante e vantajosa, uma vez que agrega o modelo de negócios que visam além do lucro a geração de impactos positivos para a sociedade e o meio ambiente.

2.7. DESAFIOS DO NOVO ECOSISTEMA

Essa nova abordagem de financiamento do desenvolvimento traz grandes desafios diretamente ligados com o seu propósito principal, de um lado está a necessidade de mensurar e gerenciar resultados sociais e ambientais e do outro, está a necessidade de garantir o retorno financeiro almejado dos investidores.

Na perspectiva desses investidores os resultados devem ser em ambos os aspectos ou não foram alcançadas as expectativas do negócio, uma vez que não procuram simplesmente o retorno financeiro que o mercado tradicional poderia proporcionar em outros tipos de investimentos e nem apenas o impacto socioambiental, pois não se trata de doação/filantropia.

Além disso, outro aspecto que deve ser vencido no ecossistema do IIS, especialmente nos países em desenvolvimento, é a legislação que envolve os sistemas financeiros desses países e que ainda não está adaptada para viabilizar esse formato de investimento.

Encontrar métodos claros e adequados para mensurar o impacto dos investimentos realizados e ter essa mesma informação em nível global é outro problema que fragiliza a tomada de decisão dos investidores em iniciar seus investimentos em IIS.

Existem duas principais ferramentas no campo da medição de impacto social:

- IRIS (Impact Report and Investment Standards) – Trata-se de um catálogo de métricas de desempenho para medir resultados socioambientais e financeiros para as

16

https://assets.aspeninstitute.org/content/uploads/files/content/upload/AF_resumo_aspen_portugues_eqom.pdf?_ga=2.131072271.1608296472.1566910302-1514374570.1566910302 pg 32

instituições que atuam com investimento de impacto, fornecida gratuitamente pelo GIIN (Global Impact Investing Network); e

- GIIRS (Global Impact Investing Rating System) – disponibiliza ferramenta para avaliação do impacto social e ambiental da empresa/instituição em quatro categorias – governança, funcionários, comunidade e ambiente. Na sequência, considerando o banco de dados disponível é possível fazer uma comparação com os outros respondentes e verificar em qual situação se encontra. Para passar pelo terceiro e último é disponibilizado um relatório com sugestões de melhoria no impacto.

“Em busca de um aprimoramento do método de medição, muitos fundos e empresas começaram a adotar instrumentos oferecidos por atores do ecossistema especializados em medição de impacto. Dois exemplos são o Impact Reporting and Investment Standards (IRIS) e o Global Impact Investing Report System (GIIRS).”¹⁷

Entretanto, em pesquisas recentes realizadas pelo GIIRS com negócios de impacto fica demonstrado que o número dos que utilizam sistematicamente instrumentos de medição de impacto é pequeno e pode comprometer a busca por ampliação de investidores, uma vez que a ausência de dados em escala sobre os resultados alcançados ainda é pequena.

“Different players involved in the market, including policymakers, have been calling for more data on SII as well as a better and more accurate understanding of the size, scope, evolution and potential of the market.”¹⁸

A ausência de uma definição clara do que é negócio de impacto dificulta as possibilidades de ampliação de investidores. Devido a complexidade em volta da geração de retorno financeiro sobre questões de impacto social, questões essas que não são simples como identificar oportunidades de lucro na solução desses problemas, o processo de convencimento de outros parceiros para investir e atuar no segmento de investimento de impacto é ainda mais desafiador.

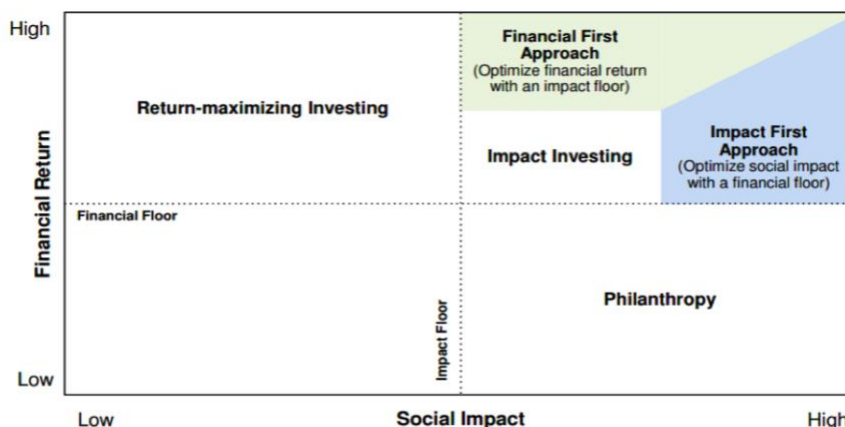
Entre os desafios relacionados com o investimento de impacto podem verificar também, na perspectiva do investidor de impacto, a cobrança para ter retornos limitados

¹⁷ <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/vox-capital-equilibrando-retorno-financeiro-social-investimento-impacto.pdf>

¹⁸ <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/9789264233430-en.pdf?expires=1565966216&id=id&accname=ocid54022976&checksum=31272C9DED99343FA3D466FE506B8C3B> Pg 110

e estar mais focado no impacto a ser gerado pelo investimento. Entretanto, os investidores querem ter retorno do seu investimento tanto quanto no mercado financeiro.

Em alguns países, por falta de legislação mais adaptada ao IIS, a responsabilidade do investidor que não alcança os resultados financeiros é muito grande. Essa relação retorno financeiro e social pode ser melhor visualizada na matriz abaixo.



Fonte: Hub University St. Gallen. Baseado em Bridges Ventures e The Parthenon Group. "Investing for Impact" Case Studies Across Assets Classes.

2.8. INICIATIVAS DE REFERÊNCIA NO MUNDO E NO BRASIL.

Considerando a relativa novidade dos trabalhos relacionados ao tema de investimento de impacto no mundo, representado por iniciativas de pouco menos de duas décadas, como o caso da *Social Impact Investing Task Force* promovida no Reino Unido em 2000. Seguido por outros países do G8 na tentativa de estruturar definições e padrões de mensuração para avaliar os resultados positivos gerados pelas ações recentes em IIS no mundo, atualmente conhecida por *Global Social Impact Investment Steering Group - GSG*.

Esse movimento, lançado em 2014 no Brasil, é conhecido através da *Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto*, precedida pela Força Tarefa de Finanças Sociais. "Identifica, conecta e apoia organizações e temas estratégicos para o fortalecimento do campo das Finanças Sociais e dos Negócios de Impacto no Brasil." Lançou 15 recomendações para avançar o campo, com metas para 2020.

A Aliança tem desempenhado um papel relevante na atração de investidores, empreendedores e parceiros públicos e privados para facilitar e viabilizar a ampliação dos negócios de impacto no Brasil. Entre os levantamentos realizados até o momento, percebe-se uma amostra reduzida de atores envolvidos nesse tipo de negócio no Brasil, porém, demonstram estar alinhados e engajados no impacto que suas ações podem causar no país e no mundo.

De acordo com o relatório de 2019 do GIIN¹⁹, entre os atores envolvidos no desenvolvimento de investimento de impacto no mundo 64% são organizações de gerenciamento de fundos, alocadas especialmente nos EUA e Canadá (45%) e Europa (27%), sendo que a maior parte dos atores envolvidos no investimento de impacto atuam apenas com IIS.

No Brasil foi apenas em 2003 que iniciou a operação do primeiro fundo de impacto, a holandesa Oikocredit, seguida pelo International Finance Corporation - IFC em 2005 e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID em 2007.

Conforme Mapeamento do Investimento de Impacto no Brasil²⁰ realizado pelo Instituto Aspen em 2014, existiam até o momento do levantamento 28 potenciais investidores de impacto no país, sendo que desses 2 pretendiam iniciar as atividades naquele ano e 11 eram investidores internacionais e 9 nacionais, com um capital de aproximadamente US\$ 177 milhões, o que representa menos de 0,5% do total de ativos geridos no mundo em investimentos de impacto.

Considerando o desafio de tamanho do Brasil e a limitação do recurso disponível para investimento de impacto, apesar de os investidores não terem uma preferência por determinada região do país para investir, 45% do investimento realizado está concentrado especialmente na região sudeste que engloba os estados mais populosos do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo). E os setores mais relevantes e que recebem mais investimento são: educação, serviços de saúde e inclusão financeira.

¹⁹ https://thegiin.org/assets/GIIN_2019%20Annual%20Impact%20Investor%20Survey_webfile.pdf

²⁰

https://assets.aspeninstitute.org/content/uploads/files/content/upload/AF_resumo_aspen_portugues_eqom.pdf?_ga=2.131072271.1608296472.1566910302-1514374570.1566910302

Um diferencial na atuação dos investidores em negócios de impacto está na assistência técnica oferecida aos empreendedores, uma vez que o sucesso tanto social quanto financeiro é objetivo de todos. Para isso, são oferecidas consultorias estratégicas e de negócios a esses empreendedores, bem como aconselhamento e assistência técnica, sendo que alguns investidores internacionais também promovem programas acadêmicos e de treinamento, de fellowship e voluntariado.

Esse levantamento ainda registrou um modesto entendimento da relevância do investimento de impacto como um diferencial as iniciativas puramente filantrópicas e, por isso, acreditam que com a maturidade no esclarecimento do tema no Brasil o crescimento desses investimentos possa ser impulsionado.

No Brasil em 2014 foram investidos R\$ 14 bilhões em negócios de impacto, tanto para estruturação quanto para a oferta de produtos e serviços, que além de gerar retorno financeiro também proporcionaram impacto socioambiental. Sendo que a expectativa é que esse valor chegue aos R\$ 50 bilhões ao ano até 2020. Enquanto que esperam movimentar US\$ 1 trilhão no mundo.

Entretanto, a captação de recursos não é o único aspecto envolvendo os investimentos de impacto que necessita de atenção e ampliação para geração de mais impacto. Além do aumento no volume de recurso a ser disponibilizado é também necessário ampliar o número de novos negócios de qualidade com essa característica de IIS e que tenham condições de serem ampliados. *“É preciso ainda fortalecer as organizações intermediárias e promover um macro ambiente favorável às Finanças Sociais.”*²¹

²¹ http://forcatarefafinancassociais.org.br/wp-content/uploads/2015/10/ICE_FTFS_Recomendações_dig_simples.pdf

CAPÍTULO III

ESTUDO DE CASO

3.1. BRASIL - DESIGUALDADE E CRESCIMENTO ECONÔMICO.

Mesmo após uma das maiores crises econômicas da história recente, o número de bilionários duplicou e sua riqueza aumentou, segundo Relatório da OXFAM²², tornando-se cada vez mais concentrada na mão de poucos. Visto que os pobres e a classe média foram os que mais sofreram com os impactos da crise de 2007/08.

Conforme retratado pela Oxfam, os 10% mais pobres no Brasil e no Reino Unido pagam uma proporção maior da sua renda em impostos do que os 10% mais ricos.

Considerando que os índices que avaliam o nível de desenvolvimento de um país estão centrados no crescimento econômico, o que não reflete necessariamente o grau de desenvolvimento de uma nação, uma vez que essa avaliação exige apreciação de dados muito mais complexos, até mesmo com uma comparação na posição dos países por PIB e IDH é perceptível que nem todo crescimento do PIB reflete em desenvolvimento social.

Entre as dez primeiras posições no ranking de países com maior PIB, segundo o banco mundial em 2018, apenas Alemanha (4º PIB e 4º IDH) está entre os 10 países com melhor IDH. Conforme a posição ocupada das maiores economias pode-se verificar um distanciamento entre o IDH e o PIB como dos EUA (1º PIB e 16º IDH), China (2º PIB e 85º IDH), Japão (3º PIB e 19º IDH), Reino Unido (5º PIB e 15º IDH), França (6º PIB e 26º IDH), Índia (7º PIB e 129º IDH), Itália (8º PIB e 29º IDH), Brasil (9º PIB e 79º IDH) e Canadá (10º PIB e 13º IDH). Anexo III - Progresso social brasileiro.

Segundo o Coeficiente de Gini pelo Banco Mundial de 2018, o Brasil ocupa a 7º posição entre os dez países mais desiguais do mundo, atrás apenas da África do Sul, Namíbia, Suriname, Zâmbia, República Centro-Africana e Moçambique. Enfrenta diversos problemas estruturais, conforme aborda estudo da OXFAM Brasil, onde a necessidade de reformas é levantada como uma prioridade.

²² Relatório OXFAM – Recompensem o trabalho, não a riqueza.

Com a redução dos recursos disponíveis para financiar projetos de APD e a necessidade de priorizar países de baixo rendimento como receptores dessa ajuda, pelos países do CAD OCDE. O Brasil, assim como outros países “emergentes”, necessita encontrar alternativas para viabilizar a redução da pobreza e desigualdade, que recentemente ainda vem aumentando, segundo a Oxfam.

Em termos de desenvolvimento humano o Brasil fica atrás de países como São Cristóvão e Nevis (173° PIB e 73° IDH), Granada (171° PIB e 78° IDH) e Seicheles (168° PIB e 62° IDH).

Integrar um setor tão tradicional como o setor financeiro com o setor de desenvolvimento social é no mínimo desafiador. Duas estruturas distintas, por vezes consideradas conflitantes, exigem uma flexibilidade que possibilite a integração entre essas duas esferas do desenvolvimento que podem gerar benefícios incalculáveis.

Esta integração entre o investimento financeiro privado e projetos de impacto social, seja para os investidores que objetivam retorno de mercado do investimento ou para aqueles que estão dispostos a receber um pouco menos, proporciona benefícios para a sociedade que ultrapassam os benefícios apenas do investidor.

Nesse sentido, contribuir para a expansão do montante a ser disponibilizado em meio ao fluxo de capital privado que circula no mundo com a finalidade de apoiar os negócios de impacto é trabalho dos fundos que estão focados em administrar o investimento privado com foco nos negócios de impacto.

Conforme apresentado anteriormente, encontram-se entre os investidores que atuam com financiamento de projetos de impacto socioambiental aqueles que buscam além do retorno social o retorno financeiro e, os que independente do retorno financeiro, buscam o retorno social do capital investido.

Entretanto, independentemente do resultado estabelecido pelo investidor ao aplicar capital em fundos orientados para os projetos de impacto, os resultados desses investimentos ultrapassam o objetivo pessoal dos investidores e alcançam a sociedade de maneira superior aos investimentos realizados no mercado financeiro comum.

Avaliamos neste estudo de caso como ocorre o investimento social no Brasil a partir da atuação de um fundo privado de gestão de investimento de impacto e o fluxo adotado para alcançar os objetivos propostos de geração de impacto socioambiental e resguardar o interesse/retorno dos investidores.

3.2. SOBRE A VOX CAPITAL²³

A empresa é pioneira na gestão de investimentos de impacto no Brasil e oferece soluções financeiras desde 2009, com estratégia de investimento tanto na gestão de Venture Capital, quanto na concessão de crédito privado. Produtos que atendem o interesse de retorno dos diversos perfis de investidores com quem atua.

Foi o primeiro fundo fechado nacional de investimento de impacto e figura entre os 400 fundos que atuam com o investimento de impacto no mundo, ocupou a 50ª posição enquanto a pesquisa foi realizada pelo GIIN.

Os setores prioritários da sua atuação são: inclusão financeira, educação e saúde. O fluxo do negócio está pautado na atração de investidores e na gestão dos ativos por meio do investimento em negócios que possuem na essência da atividade a intenção de gerar impacto positivo, seja ele social ou ambiental.

O trabalho da Vox Capital, assim como outros gestores de fundos que atuam em negócios de impacto, é controlar o risco envolvido nos projetos sociais apoiados a partir dos objetivos de cada investidor e tem como requisito indispensável a geração de valor que podem ser:

- a. retorno do investimento inicial + lucro obtido como o negócio apoiado + impacto positivo; ou,
- b. retorno do investimento inicial + impacto positivo.

Atualmente o fundo faz a gestão de mais de 200 milhões de reais e apoia mais de 30 empresas com negócios de impacto distribuídos por todo o país. Entretanto, possui uma concentração maior nos estados do sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro).

²³ <https://www.voxcapital.com.br> -Informações retiradas do site da Vox Capital.

Segundo a sócia e líder da prática de gestão de impacto da Vox Capital, Jéssica Silva Rios, a empresa parte da “crença de que todo negócio gera impacto positivo e negativo, intencional e não intencional. E acreditamos cada vez mais que tratar o impacto dos investimentos e dos negócios é tão imprescindível quanto a análise do risco e do retorno financeiro.

... O que guia a nossa estratégia de expansão é o nosso propósito. O ponto chave para todos os nossos produtos é ter impacto como diretriz primordial e INTENCIONAL.”.

Além disso, segundo Jéssica, à medida que a gestão de Impacto amadurece também é aprimorado o desempenho financeiro desses negócios.

3.3. HISTÓRICO DE ATUAÇÃO DA EMPRESA

Dispõe de duas linhas de negócio - Venture Capital e Crédito Privado, tendo aprimorado ao longo dos seus 10 anos a capacidade de identificar e apoiar negócios que “juntam visão de futuro, complementaridade de habilidades, capacidade de execução e intenção de geração de impacto.”, segundo Daniel Izzo cofundador e CEO da Vox Capital.

3.3.1. VENTURE CAPITAL

Dentro da Linha de Venture Capital existem dois fundos, sendo o primeiro o *Vox Impact Investing I* é um fundo de investimento em participações - FIP, faz a gestão do maior volume de capital da Vox, R\$ 84,35 milhões. Já realizou 11 investimentos em participação acionária e 10 investimentos em dívida conversível. Atualmente essa linha conta em seu portfólio os seguintes negócios de impacto ativos: Avante; Bem.care; Magnamed; ProRaids; e ToLife.

Já o fundo *Vox Impact Investing II* também é uma classe de ativos FIP e foi lançada em 2016 e controla um montante de R\$ 50,22 milhões. Desde sua criação o fundo já fez investimento em participação acionária em 5 empresas, sendo que dessas 4 estão ativas no portfólio da empresa, são elas: Celcoin; Grão; Sanar; e VirtusPlay.

Essas empresas apoiadas trabalham com foco em 64% da população brasileira que possuem renda familiar abaixo da mínima necessária. Os investimentos podem ser de R\$ 2 milhões a R\$ 10 milhões com uma participação acionária de 20 a 35%.

Para ser uma empresa investida pela Vox Capital o negócio deve apresentar uma equipe motivada e orientada a gerar impacto social positivo em função do atendimento de demandas reais da população de baixa renda. De preferência que o negócio seja escalável e/ou replicável a outras realidades, mas sempre com foco na população de baixa renda.

Entre os três macro-objetivos está o desenvolvimento do capital humano em especial na primeira infância, suporte à alfabetização, engajamento escolar e redução da evasão, ensino profissionalizante diferenciado e efetivo, ensino de habilidades e competências valorizadas no século XXI, e formação de professores e gestores escolares.

A melhoria da qualidade de vida e bem-estar também é um dos grandes objetivos do Fundo, contribuindo para a melhoria da saúde mental, a prevenção e cuidado de doenças crônicas não transmissíveis, a saúde bucal, qualificação de profissionais de saúde, desenvolvimento de soluções para evitar disseminação de doenças transmissíveis, e atenção à criança, mulher e idoso.

Além do objetivo de construir novos paradigmas em serviços financeiros, com a personalização de produtos financeiros para as demandas das classes C, D e E, desenvolver soluções para reduzir o endividamento das famílias e inclusão financeira.

A partir do apoio a negócios com foco em um dos três objetivos da Vox Capital é possível contribuir para a melhoria das condições de vida da população que atualmente é desassistida nessas áreas. Uma vez que não ocorrendo o desenvolvimento de negócios apoiados para alcançar esse público, pouca ou nenhuma mudança na realidade dessa parcela da população seria percebida.

Como estratégia para mitigar possíveis riscos de não alcançar os resultados de impacto esperados, a Vox Capital investe no processo de seleção das empresas, onde são avaliados aspectos das empresas como a motivação e capacidade operacional da equipe, o estágio em que o negócio se encontra, conhecimento interno sobre os três setores

prioritários, e apoio a gestão e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas empresas apoiadas.

Além disso, a Vox tem como objetivo financeiro um retorno competitivo com o mercado.

3.3.2. CRÉDITO PRIVADO

Na linha do *Crédito Privado* a Vox Capital, foi a primeira a abrir o primeiro fundo de crédito privado de impacto do Brasil, faz investimento em 4 Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC e atualmente dispõe de R\$ 7,8 milhões sob gestão.

Entre os fundos ativos no portfólio estão a CredPopular - atua na oferta de microcrédito a pequenos comerciantes no Brás (região de comércio popular no centro da cidade de São Paulo); A Empresta Capital - tem seu foco na oferta de crédito consignado para funcionários de condomínios imobiliários; O Banco Pérola & Losan - oferece microcrédito a pequenos empreendedores e recebíveis comerciais; e a Biz Capital - fintech de crédito que oferece capital de giro para pequenos empreendedores.

Considerando que a distribuição de crédito no Brasil é extremamente desigual, onde, segundo o IBGE, 54% do crédito é destinado a quem tem renda superior a 5 salários mínimos, ou seja, apenas para 6% da população.

As mudanças que o acesso a oferta de crédito promove na população de baixa renda demonstram o potencial do impacto que o financiamento pode trazer para a sociedade. Com a oferta de crédito a pessoas de renda mais baixa é possível democratizar o acesso a bens e serviços e bem-estar às famílias.

Os micros e pequenos empreendedores no Brasil são responsáveis por 50% dos empregos no Brasil e 27% do PIB. Possibilitando a obtenção de capital de giro e/ou aquisição de equipamentos.

Como objetivo de impacto essa linha visa dar ou melhorar o acesso a crédito a pessoas e pequenas empresas que atualmente não tem acesso ou são mal servidas pela

estrutura disponível e promover iniciativas ambientais. Enquanto o objetivo financeiro dessa linha de negócio é obter 120% do CDI.

Dessa forma, acreditam contribuir para o acesso a serviços/produtos essenciais a melhoria das condições sociais, fortalecem o empreendedorismo, e possibilitam a melhoria das condições ambientais e aumento da disponibilidade de capital natural.

Como estratégia para mitigar os riscos a Vox Capital seleciona empresas que já estão em estágio operacional, coletam dados sobre a experiência do consumidor e conhecimento sobre crédito e inclusão financeira alargado.

Nesse fundo a Vox Capital firmou parceria com a Empírica Investimentos, uma das principais gestoras de fundos no Brasil, atuando a mais de 10 anos com FIDC e atualmente fazem a gestão de mais de R\$ 2 mil milhões em créditos.

3.4. GESTÃO DO IMPACTO

Uma das grandes preocupações da Vox Capital está em acompanhar o impacto positivo gerado pelos negócios que investem.

O Impact Management Project - IMP desenvolveu um consenso global que define o impacto em 5 dimensões, essa definição foi feita com a contribuição de empresas de diversos países e a Vox Capital foi uma das colaboradoras no Brasil.

As 5 dimensões - O quê, Quem, Quando, Contribuição e Risco - contribuem para o aprendizado, monitoramento e potencialização dos resultados dos negócios de impacto, consequentemente dos investimentos realizados.

Na Vox Capital o olhar para o impacto nasce desde o processo de avaliação do negócio com potencial a ser investido, que chamam de *tese de investimento* e vai até o final do processo de investimento.

A avaliação é feita tanto na esfera financeira quanto no impacto que propõem alcançar com a obtenção do investimento. Passando inicialmente por entender o desafio de impacto, validar o potencial da solução e, por fim, mensurar e monitorar os resultados das soluções.

As empresas que recebem financiamento da Vox Capital passam pelo que chamam de Teoria da Mudança, um exercício sobre o impacto a ser gerado com a implantação da solução e quais recursos são necessários para se obter o impacto desejado. Trata-se de um mapa estratégico do negócio de impacto, facilitando aos gestores do negócio o entendimento do caminho traçado e quando necessário das mudanças que carecem ser feitas para não perder o foco no impacto esperado.

É na etapa de construção da Teoria da Mudança que são definidos os principais indicadores relacionados com os outputs e outcomes do negócio, por meio da utilização de indicadores padronizados a partir do catálogo do IRIS+, que permitem a comparação com diversos negócios, e customizados, que trazem mais precisão na análise da eficiência da solução.

As empresas que estão no portfólio da Vox Capital são acompanhadas em termos de nível de acuracidade de mensuração (o quanto a empresa consegue provar os efeitos que ela gera na vida de seus usuários) e do nível de maturidade do modelo de negócio, por meio do impactometro. Com essa ferramenta é possível ver como a melhoria no modelo de negócio contribui para a geração do impacto na sociedade.

Além dessas ferramentas, a Vox Capital está alinhada com os ODS e como forma de verificar a contribuição das ações desenvolvidas nas empresas para o alcance dos objetivos ela identifica quais os ODS que estão atingindo e a contribuição para as metas específicas de cada objetivo vinculado com os resultados dos negócios.

Entre os ODS que têm relação com as empresas do portfólio da Vox Capital identificam o 16 - Paz e Justiça; o 3 - Saúde de Qualidade; o 9 - Inovação e Infraestrutura; o 1 - Erradicação da Pobreza; 10 - Redução das Desigualdades; 8 - Empregos Dignos e Crescimento Econômico; 4 - Educação de Qualidade.

3.5. EMPRESAS APOIADAS

3.5.1. Venture Capital

- Avante: Inclusão Financeira; Microcrédito; Investimento em 10/2014; ODS: 1/8/9/10.

- Magnamed: Maximização da qualidade de vida e do bem-estar; Equipamentos Médicos; Investimento em 08/2015; ODS: 3/9.
- Proradis: Maximização da qualidade de vida e do bem-estar; Software de Gestão; 06/2015; ODS: 3.
- Bem Care: Maximização da qualidade de vida e do bem-estar; Microseguros; 12/2019; ODS: 3.
- ToLife: Maximização da qualidade de vida e do bem-estar; Equipamentos Médicos; 02/2014; ODS: 3.
- Sanar: Desenvolvimento do Potencial Humano; Educação Profissional; 03/2018; ODS: 3/4.
- Celcoin: Inclusão Financeira; Correspondente Bancário; 03/2019; ODS: 1/8/9/10.
- VirstusPay: Inclusão Financeira; Crédito; 09/2019; ODS: 1/8/10.
- Grão: Inclusão Financeira; Microinvestimentos; 11/2019; ODS: 1/8/10.

3.5.2. Crédito Privado

- Banco Pérola: Inclusão Financeira; Antecipação de títulos a receber; ODS:1/8/9/10.
- Empresa Capital: Inclusão Financeira; Crédito Pessoa Física e Pessoa Jurídica; ODS:1/8/9/10.
- Big Capital: Inclusão Financeira; Crédito Pessoa Física e Pessoa Jurídica; ODS:1/8/9/10.
- CredPopular: Inclusão Financeira; Microcrédito; ODS:1/8/9/10.
- Diaspora Black: Equidade Racial; Turismo inclusivo; 08/2019; ODS 8/10/11.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de apresentar algumas das alternativas de financiamento para alcance dos ODS, este TFM foi estruturado para levantar as reais necessidades de mais investimento e como pode ser introduzida essa nova abordagem frente aos desafios apresentados por organismos internacionais.

A existência do GAP entre o valor destinado pelos países da OCDE para APD e o montante necessário para alcance dos ODS, traz a necessidade de reforçar a atuação de novos atores no contexto do financiamento de projetos que visam solucionar problemas de inclusão social e redução de impactos ambientais no mundo.

A proposta da inclusão de novos atores é de complementaridade, uma vez que existem ações que devem ser feitas no campo, mas que devido a sua natureza não conseguem atrair novos investidores para solução dos problemas ali encontrado e a APD torna-se a única alternativa viável.

Enquanto que algumas áreas que necessitam de investimento para redução dos desafios encontrados no terreno podem facilmente ser desenvolvidos por outros atores. Isso ocorre porque em algumas áreas é mais viável a identificação dos riscos inerentes a um possível investimento e o retorno pode ser melhor gerenciado, uma vez que as principais ameaças a conclusão dos projetos foram identificadas e podem ser monitoradas.

A participação do setor privado no alcance dos ODS já não é mais tão embrionária em muitos países e tem promovido resultados relevantes, seja no sentido de atrair mais investidores para o ambiente de investimento social, seja nos resultados dos projetos financiados e na sua expansão para outras regiões que vivem com necessidades similares.

Entre os tipos de participação do setor privado que foram abordados neste trabalho, o que tem trazido maior envolvimento do setor privado é o de IIS, uma vez que o investimento público aqui é mínimo e o foco é total no apoio a negócios que tenham como propósito principal a geração de impacto positivo na sociedade.

Entre os desafios desse novo caminho para contribuir para o alcance dos ODS está a banalização da utilização dos termos de promoção de impacto socioambiental, tal como

já foi experimentado no passado com *responsabilidade social empresarial* e *responsabilidade ambiental*.

Para evitar que esse fenômeno se repita ainda é preciso investir em promoção de mecanismos de mensuração dos impactos, bem como de sua utilização pelos atores, e rating dos negócios que efetivamente atuam na geração de impacto. Dessa forma, o risco de investir em empresas que na sua atividade principal está completamente focada em atividades que promovem impactos negativos e em suas atividades secundárias, especialmente no marketing social, buscam recurso para investir em projetos sociais. Este fenômeno vem sentindo uma redução na disponibilidade dos recursos justamente por não atender com o propósito que a maturidade da participação do setor privado tem trazido para o ambiente de Desenvolvimento Social.

Casos como da Vox Capital tem expandido em diversos países e promovendo a geração da mudança na vida de muitas pessoas, seja no lado dos investidores que estão mais conscientes do seu papel nesse processo. Seja das equipes envolvidas nos projetos financiados, formando uma geração de pessoas mais conscientes e engajadas na redução de cenários desfavoráveis a vida com um mínimo de dignidade. Mas principalmente na vida da população beneficiada pelos projetos que passam a enxergar possibilidades de ter uma vida mais justa.

Ainda que a participação do setor privado já seja uma realidade e que a sua complementaridade no processo de alcance dos ODS uma conquista, as críticas feitas nesse contexto não podem ser negligenciadas. Sendo ainda necessário obter maior entendimento sobre o perfil de investidores nos IIS e sua conduta frente a outros negócios, como forma de trazer coerência para o cenário.

Além disso, esse estudo ainda levanta a necessidade de aprofundar no conhecimento sobre o que leva os investidores a deixar de buscar o lucro acima de tudo e priorizar o bem estar social, acima da ganância tão estudada e defendida por diversas linhas de estudo da economia como sendo o perfil identificado no ser humano quando está em um ambiente de negócio.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Special edition: progress towards the Sustainable Development Goals. Report of the Secretary-General. 2019 session. 26 July 2018–24 July 2019. Disponível em: <<https://undocs.org/E/2019/68>>

OECD (2015), Social Impact Investment: Building the Evidence Base, OECD Publishing, Paris. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264233430-en>>

Ajuda Pública ao Desenvolvimento é insuficiente e é preciso inovar – OCDE. Lusa. 17 Abril 2018. Disponível em: <<https://www.dn.pt/lusa/ajuda-publica-ao-desenvolvimento-e-insuficiente-e-e-preciso-inovar----ocde-9265642.html>>

Aid should be seen as foreign public investment, not just charity. The Guardian. 5 Aug 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/global-development/2015/aug/05/aid-should-be-seen-as-foreign-public-investment-not-just-charity>>

Plural forms of interdependent public-private action and the value creation of public initiatives. September 27, 2017. Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/docentes/sergio-lazzarini/wp-content/uploads/sites/3/2014/04/Plural-public-private-27-9-2017.pdf>>

Economia Humana e desenvolvimento. *Por Keith Hart. Tradução e apresentação: Paulo Muller.* Por GEAC - ANTROPOLOGIA CRÍTICA. Julho 14, 2016. Disponível em: <<https://maquinacrisica.org/2016/07/14/economia-humana-e-desenvolvimento/>>

MAH, Luis - Promoting Private Sector For Development: The Rise Of Blended Finance In Eu Aid Architecture1 (working paper CEaA CSG 171/2018).

Finanças Sociais: Soluções Para Desafios Sociais e Ambientais. Uma nova mentalidade para gerenciar recursos e necessidades da sociedade. Outubro de 2015. Disponível em: <http://forcatarefainancassociais.org.br/wp-content/uploads/2015/10/ICE_FTFS_Recomendações_dig_simples.pdf>

OECD (2015), Social Impact Investment: Building the Evidence Base, OECD Publishing, Paris. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264233430-en>>

O que são negócios de impacto: características que definem empreendimentos como negócios de impacto / Pipe Social, Instituto de Cidadania Empresarial. - São Paulo, SP: ICE, 2019. Disponível em: <https://forcatarefa-assets.s3.amazonaws.com/uploads/2019/11/ICE-Estudo_Negócios-de-Impacto-2019_Web.pdf>

ESTADÃO: "Todo mundo, mesmo pobre, nasce empreendedor", diz Yunus. Yunus Corporate. 18 de Mar de 2019. Disponível em: <<https://www.yunuscorporate.com/post/estadão-todo-mundo-mesmo-pobre-nasce-empendedor-diz-yunus>>

MAPA DO SETOR DE INVESTIMENTO DE IMPACTO NO BRASIL. Resumo das Conclusões. Maio de 2014. Disponível em: <https://assets.aspeninstitute.org/content/uploads/files/content/upload/AF_resumo_aspen_portugues_eqom.pdf?_ga=2.131072271.1608296472.1566910302-1514374570.1566910302>

VOX Capital: Equilibrando Retorno Financeiro e Social em Investimentos de Impacto Sérgio G. Lazzarini 1 Andrea Maria A. F. Minardi Leandro S. Pongeluppe. Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/vox-capital-equilibrando-retorno-financeiro-social-investimento-impacto.pdf>>

ANNUAL IMPACT INVESTOR SURVEY 2019. Disponível em: <https://thegiin.org/assets/GIIN_2019%20Annual%20Impact%20Investor%20Survey_webfile.pdf>

World Inequality Report 2018. Disponível em: <<https://wir2018.wid.world/files/download/wir2018-full-report-english.pdf>>

Engaging the private sector in blended finance, 24-05-2018, Justice Johnston, ECDPM Great Insights magazine, Spring 2018 (volume 7, issue 2). Disponível em: <<https://ecdpm.org/great-insights/leveraging-private-investment-for-sustainable-development/engaging-private-sector-blended-finance/>>

Breaking new ground: Deploying risk capital in frontier markets. 24-05-2018. Cécile Ambert, ECDPM Great Insights magazine, Spring 2018 (volume 7, issue 2). Disponível em: <<https://ecdpm.org/great-insights/leveraging-private-investment-for-sustainable-development/breaking-ground-risk-frontier-markets/>>

Growing a food company in West Africa: When business means sustainable development. 24-05-2018. Sylvie Sagbo and Cécile Carlier, ECDPM Great Insights magazine, Spring 2018 (volume 7, issue 2). Disponível em: <<https://ecdpm.org/great-insights/leveraging-private-investment-for-sustainable-development/food-company-west-africa-sustainable-development/>>

OECD (2019), Social Impact Investment 2019. The Impact Imperative for Sustainable Development. Disponível em: <<http://www.oecd.org/development/impact-investment-needs-global-standards-and-better-measurement.htm>>

10 anos de Social Finance Task Forces – soluções e desafios em comum. Março 2019. Disponível em: <<https://forcatarefa-assets.s3.amazonaws.com/uploads/2015/08/10-anos-de-Social-Finance-Task-Forces-Solucoes-e-Desafios-em-Comum.pdf>>

IMPACT INVESTMENT: THE INVISIBLE HEART OF MARKETS. Harnessing the power of entrepreneurship, innovation and capital for public good. 09/2014. Disponível em: <<https://forcatarefa-assets.s3.amazonaws.com/uploads/2018/06/Social-Impact-Investment-Taskforce-Report-FINAL.pdf>>

ROADMAP FOR THE FUTURE OF IMPACT INVESTING: RESHAPING FINANCIAL MARKETS. 03/2018. Disponível em: <https://thegiin.org/assets/GIIN_Roadmap%20for%20the%20Future%20of%20Impact%20Investing.pdf>

Impact investment: Private equity puts its money where its mouth hasn't been. By FELIX SALMON. September 20, 2018. Disponível em: <<https://www.euromoney.com/article/b1b0tg84d0zwgp/impact-investment-private-equity-puts-its-money-where-its-mouth-hasnt-been>>

Green Bonds, 11 de julho de 2019. Disponível em: <<https://maisretorno.com/blog/termos/g/green-bonds> >

What Are Green Bonds and How 'Green' Is Green?. By Lyubov Pronina. 24 de março de 2019. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-03-24/what-are-green-bonds-and-how-green-is-green-quicktake>>

Green Bond. By TROY SEGAL, Reviewed By GORDON SCOTT. Updated Mar 9, 2020. Disponível em: <<https://www.investopedia.com/terms/g/green-bond.asp> >

Opportunities and Risks of Green Bond Investing. By DAN MOSKOWITZ , Updated Jun 25, 2019. Disponível em: <<https://www.investopedia.com/articles/investing/081115/green-bonds-benefits-and-risks.asp> >

China's New Model of Blockchain-Driven Philanthropy. Stanford Social Innovation Review. Summer 2019, volume 17, número 3. Disponível em: <http://stanford.ebookhost.net/ssir/digital/62/ebook/1/index.php?e=62&user_id=830134&flash=0>

The Landscape of Social Impact Investment Research: Trends and Opportunities. Março 2016. Disponível em: <<http://eureka.sbs.ox.ac.uk/7019/1/Landscape-of-social-impact-investment-research.pdf> >

Opinion: Aligning public and private finance with the SDGs — a three-step approach. By Paul Horrocks, Priscilla Boiardi, Valentina Bellesi. 29 January 2020. Disponível em: <<https://www.devex.com/news/opinion-aligning-public-and-private-finance-with-the-sdgs-a-three-step-approach-96443> >

Friedman, responsabilidade, caridade e faz-de-conta. João Pinto e Castro. 27 Maio de 2009. Disponível em:
<https://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/detalhe/friedman_responsabilidade_caridade_e_faz_de_conta>

New Approaches to Scaling Private Sector Funding for Sustainable Development. By Impact Frontiers Collaboration. 15 Maio 2020. Disponível em:
<https://ssir.org/articles/entry/how_investors_can_integrate_social_impact_with_financial_performance_to_improve_both#>

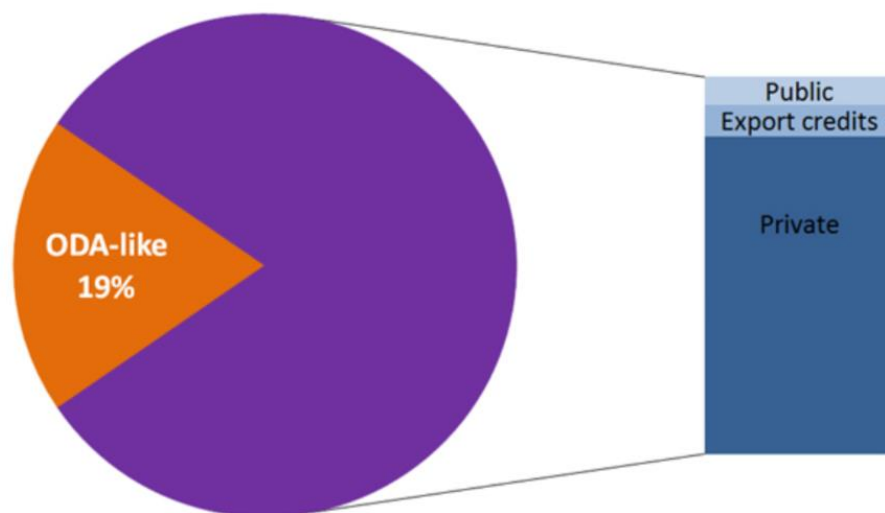
Making Blended Finance Work for the Sustainable Development Goals. Disponível em:
< <https://dx.doi.org/10.1787/9789264288768-en>>

ANEXOS

Anexo I

Share on non-ODA flows and origin of funds

2. In 2012, non-ODA flows accounted for over 80% of external resources received by developing countries and more than two thirds of these resources came from the private sector.



Share of non-ODA flows and origin of funds

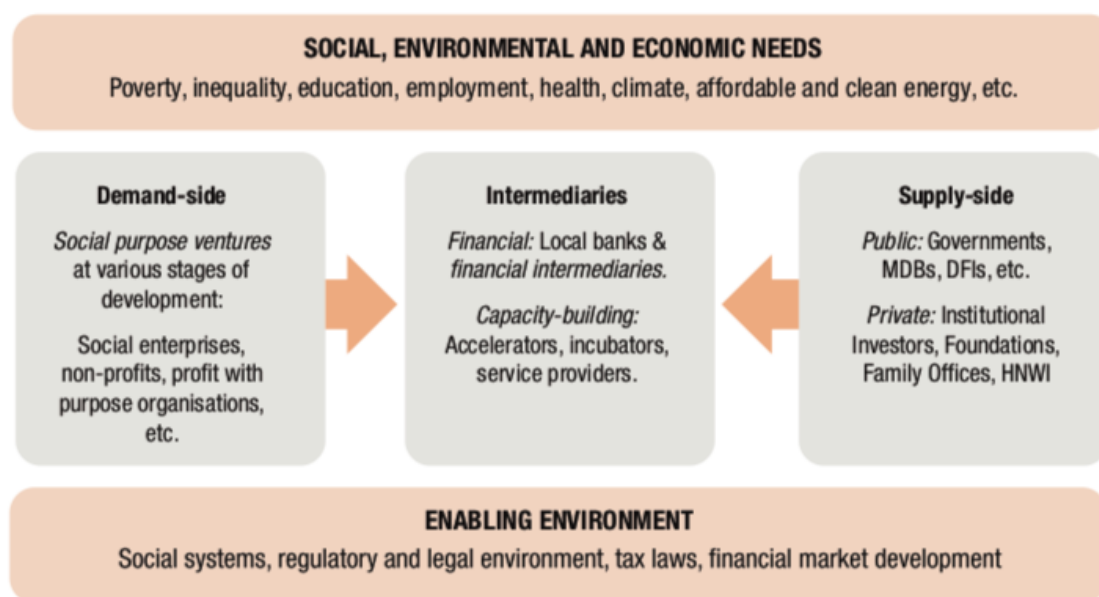
Source: DAC statistics. Gross disbursements, 2012.

ANEXO II

Matriz de investimento de impacto

<https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/vox-capital-equilibrando-retorno-financeiro-social-investimento-impacto.pdf>

Figure 1.2. **The OECD Social Impact Investment Market Framework**



Source: Adapted from (OECD, 2015), *Social Impact Investing: Building the Evidence Base*, <https://doi.org/10.1787/9789264233430-en>.

Anexo III

Progresso social brasileiro

<http://www.progressosocial.org.br/wp-content/uploads/2017/09/BRASIL.pdf>

Índice de Progresso Social 2017
PB per capita em PPC

PONTUAÇÃO: **73,97**
 VALOR: **\$14,455**
 POSIÇÃO: **43/128**



	PONTUAÇÃO VALOR	POSIÇÃO	FORALEBY DEBILDOCE		PONTUAÇÃO VALOR	POSIÇÃO	FORALEBY DEBILDOCE		PONTUAÇÃO VALOR	POSIÇÃO	FORALEBY DEBILDOCE
Índice de Progresso Social 2017	73,97	43/128		BRASIL							
Necessidades Humanas Básicas	76,49	73		Fundamentos do Bem-estar	79,55	38		Oportunidades	65,86	33	
Nutrição e Cuidados Médicos Básicos	97,07	59		Acesso ao Conhecimento Básico	94,11	61		Direitos Individuais	71,64	46	
Desnutrição (%de pop. 5 significa <=5)	5,0	1		Taxa de alfabetização adulta (%de pop. >=15 anos)	92,59	56,0		Direitos políticos (0=nenhum direito, 40=todos os direitos)	31	51	
Intensidade do déficit alimentar (calorias/pessoa denunciada, 0 significa <=0)	10	49		Taxa de matrícula em educação primária (%de meninas e meninos)	96,67	67,0		Liberdade de expressão (0=nenhuma liberdade, 30=liberdade total)	5	19	
Taxa de mortalidade materna (mortes/100.000 nascidos vivos)	43,67	65		Taxa de matrícula em educação secundária (%de meninas e meninos)	100,0	10		Liberdade de reunião (0=nenhuma liberdade, 30=liberdade total)	0,69	49,0	
Taxa de mortalidade neonatal (mortes/1000 nascidos vivos)	15,4	66		Paridade de gênero na educação secundária (distância da paridade)	0,08	86,0		Direito à propriedade privada (0=nenhum, 100=todos)	45,0	45,0	
Mortes por doenças infecciosas (mortes/100.000)	69,62	77		Acesso à Informação e Comunicação	76,67	49		Liberdade Individual e de Escolha	73,23	32	
Água e Saneamento	86,62	60		Usuários de telefones celulares (usuários/100 pessoas)	100,0	1		Liberdade de escolha (%satisfação)	80,23	49,0	
Acesso à água encanada (%de pop.)	93,7	41,0		Usuários de Internet (%de pop.)	59,08	51		Liberdade de religião (0=baixa, 4=alta)	4	1	
Acesso a fontes de água de qualidade (%de pop.)	86,96	74		Índice de liberdade de imprensa (0=maior liberdade, 100=menor liberdade)	32,62	78		Casamento jovem (%de mulheres entre 15-20 anos)	4,0	38,0	
Acesso a instalações de saneamento de qualidade (%de pop.)	82,78	68,0		Saúde e Bem-estar	73,57	43		Satisfação da demanda de métodos contraceptivos (%de mulheres)	86,8	10,0	
Moradia	73,9	72		Expectativa de vida aos 60 (anos)	21,67	43		Corrupção (0=alta, 100=baixa)	40	58	
Acesso à Moradia (%satisfação)	37,86	93,0		Mortalidade prematura por doenças não transmissíveis (mortes/100.000)	369,2	55		Tolerância e Inclusão	68,34	22	
Acesso à eletricidade (%de pop.)	99,5	65		Taxa de suicídio (mortes/100.000)	6,56	27		Tolerância a imigrantes (0=baixa, 100=alta)	70,31	36	
Qualidade do fornecimento de eletricidade (0=baixa, 7=alta)	4,1	76,0		Qualidade Ambiental	73,87	40		Tolerância a homossexuais (0=baixa, 100=alta)	69,57	20,0	
Mortes atribuíveis à contaminação do ar em ambiente interno (mortes/100.000)	10,36	59		Mortes atribuíveis à contaminação atmosférica (mortes/100.000)	30,85	34		Discriminação evidenciada contra minorias (0=baixa, 30=alta)	5,7	49	
Segurança Pessoal	48,38	121		Tratamento de águas residuais (%de águas residuais)	17,56	51		Tolerância religiosa (0=baixa, 4=alta)	3	54	
Taxa de homicídio (mortes/100.000)	24,6	121		Biodiversidade e habitat (0=proteção nenhuma, 100=proteção alta)	92,62	34		Redes de apoio na comunidade (0=alto, 100=baixo)	90,84	27	
Nível de crimes violentos (0=baixa, 5=alta)	4,0	105		Emissões de gases de efeito estufa (equivalentes de CO2 por PB)	355,86	50,0		Acesso à Educação Superior	50,21	54	
Percepção da criminalidade (0=baixa, 5=alta)	4	89		Forças e fraquezas				Anos de escolaridade superior	0,38	65,0	
Terror político (0=baixo, 5=alto)	4,0	113		O desempenho superior ou inferior é relativo a 15 países com PIB per capita semelhante :				Média de anos de escolarização das mulheres (0=baixa, 10=alta)	9,6	82	
Mortes notránsito (mortes/100.000)	23,4	88		Tailândia, Botswana, Montenegro, Costa Rica, Líbano, Bulgária, México, Irã, Argélia, Azerbaijão, Sérvia, Belarus, Colômbia, África do Sul, China				Desigualdade na obtenção de educação (0=baixa, 10=alta)	0,24	74,0	
								Número de universidades de classe mundial (0=nenhuma, 10=maioria)	8	9	
								Porcentagem de estudantes de educação superior matriculados em universidades de classe mundial (0=nenhuma, 6=maior quantidade de matriculados)	3	45	

SOCIAL PROGRESS IMPERATIVE